

Abordando o espectro da inovação social: uma discussão teórico-conceitual

Addressing the social innovation spectrum: a theoretical-conceptual discussion

Alexandre Zawaki Pazetto

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

email: alexpazetto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5002-7410>

Nei Antonio Nunes

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

email: neinunes1969@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2744-9206>

Gabriéli do Livramento Gonçalves

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

email: gabylivramento@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4132-3653>

Samira Birck de Menezes

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

email: samibirck@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6459-0351>

■ RESUMO

O fenômeno da inovação social (IS) não é considerado novo, mas sua conceitualização teórica ainda requer certo nível de aprofundamento científico. Visando contribuir com essa temática, este estudo busca identificar, a partir de uma análise teórico-conceitual, quais as características primordiais que compõem o espectro da inovação social. A partir da discussão conceitual e da análise de proposições de estudos anteriores, observou-se que a inovação social implica, sobretudo, em desenvolvimento sustentável, inclusão, equidade e concessão de direitos. Ademais, foram propostas quatro categorias analíticas para os estudos em inovação social, a saber: inovatividade; motivação social; construção coletiva; e potencial transformador para a sociedade. Em relação ao raio de ação, indicou-se que o fenômeno socialmente inovador pode ocorrer nos níveis incremental, institucional e disruptivo. Por fim, observou-se que, embora corra o risco de ser distorcida pelo sistema neoliberal, a inovação social pode ser um caminho de resistência e contraposição às desigualdades e à apatia social em relação ao sofrimento alheio.

Palavras-Chave: Inovação social; Discussão teórico-conceitual; Categorias analíticas.

■ ABSTRACT

The social innovation phenomenon is not considered new, but its theoretical conceptualization still requires a certain level of scientific depth. Aiming to contribute to this theme, this study seeks to identify, based on a theoretical-conceptual analysis, which are the primordial characteristics that make up the spectrum of social innovation. From the conceptual discussion and analysis of propositions from previous studies, it was observed that social innovation implies, above all, in sustainable development, inclusion, equity and granting of rights. Furthermore, four analytical categories were proposed for studies on social innovation, namely: innovativeness; social motivation; collective construction; and transformative potential for society. Regarding the action radius, it was indicated that the socially innovative phenomenon can occur at the incremental, institutional and disruptive levels. Finally, it was observed that, although it runs the risk of being distorted by the neoliberal system, social innovation can be a path of resistance and opposition to inequalities and social apathy related to the suffering of others.

Key-words: Social innovation; Theoretical-conceptual discussion; Analytical categories.

1 INTRODUÇÃO

Diversas ações humanas, não necessariamente comprometidas com a sustentabilidade social e do mundo natural, têm criado situações perversas de vulnerabilidade, tanto para as pessoas – em especial às pertencentes a grupos sociais minoritários – quanto para a própria sociedade e ao meio ambiente (SINGER, 2018). A degradação social e ambiental se intensifica de muitas maneiras na contemporaneidade, a exemplo do aquecimento global, o aumento da desigualdade social e a crescente insensibilidade com que parte da sociedade lida com essas questões (MILDENBERGER, SCHIMPF e STREICHER, 2020).

Ao refletir sobre esse contexto, pode-se vislumbrar alternativas. Entretanto, para pensar os desafios sociais contemporâneos e propor soluções transformadoras, é preciso ir além do que a inovação tradicional – comumente delineada a partir de uma perspectiva mercadológica – pode oferecer. Isso não pressupõe demonizar o mercado ou as relações produzidas por ele, mas questionar certos excessos decorrentes de sua lógica. Assim, as possíveis soluções para esses problemas exigem novas abordagens, capazes de gerar, de forma criativa, mudanças no longo prazo. Em outras palavras, a resolução para algumas das grandes mazelas sociais aponta, sobretudo, para mudanças mais profundas na sociedade, que busquem garantir uma vida minimamente digna aos seres humanos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade (AVELINO *et al.*, 2019; MILDENBERGER, SCHIMPF e STREICHER, 2020).

Frente a esse cenário, as inovações sociais emergem como saberes e práticas essenciais para a renovação dos serviços de bem-estar, promovendo processos de inclusão no contexto social (GREGOIRE, 2016). Nessa direção, Moulaert, MacCallum e Hillier (2013, p. 16) indicam que a inovação social “refere-se explicitamente a uma posição ética de justiça social”. A inovação social estaria, segundo os autores, relacionada a buscar soluções para promover a inclusão, o bem-estar e a concessão de direitos.

Embora a inovação social não seja um fenômeno novo, sua consolidação como campo de estudo e sua conceituação são, de certa forma, recentes (ELIAS e BARBERO, 2021). Dessa maneira, trabalhos científicos que abordam o tema das inovações sociais são

cada vez mais frequentes, especialmente nas duas últimas décadas (VASSALLO *et al.*, 2019; FARINHA *et al.*, 2020). Para além disso, esse assunto vem conquistando o interesse de indivíduos e organizações que estão atentos aos variados problemas sociais do nosso tempo (HERNÁNDEZ-ASCANIO *et al.*, 2021).

Entretanto, Molloy *et al.* (2020) consideram que os processos pelos quais a inovação social é moldada e gerada ainda não foram explorados a contento. Do mesmo modo, os efeitos de longo prazo das inovações sociais ainda constituem um tópico relativamente recente, que vem atraindo crescente interesse por parte dos pesquisadores do tema (MILDENBERGER, SCHIMPF e STREICHER, 2020).

Nesse sentido, estudos anteriores assinalam a relevância social das investigações em inovação social, pois frequentemente discutem temas urgentes como a fome (BAGLIONI, DE PIERI e TALLARICO, 2017; ROVATI, 2017; LOMBARDI e COSTANTINO, 2020), acesso ao microcrédito (MOLNÁR, 2017), saneamento básico (VIJAY e GHOSH, 2018), dentre outros. Destaca-se, assim, a relevância do presente trabalho, uma vez que a manutenção do tema da inovação social na pauta de discussões do meio acadêmico pode auxiliar na busca por soluções práticas para os diversos problemas sociais.

Ademais, a justificativa teórica desta análise diz respeito ao fato de ainda não haver consenso acerca da definição de inovação social, tampouco sobre sua abrangência (BIGNETTI, 2011). Dessa forma, são plurais as abordagens teóricas utilizadas nas análises de inovações sociais, de modo que vão da Teoria Institucional (LINDBERG e HYLANDER, 2016; BOZIC, 2020) ao Pensamento Configuracional (TAYLOR e ARUNDEL, 2020). Sem a pretensão de esgotar o assunto, aborda-se o espectro da inovação social a partir de uma perspectiva teórico-conceitual, com vistas a contribuir com as pesquisas sobre o tema. Sobretudo, em certa medida, busca-se contribuir com um avanço na fronteira do conhecimento.

Considerando a representatividade, relevância e diversidade das discussões acerca das inovações sociais, propõe-se, a partir de uma análise teórico-conceitual, indicar características fundamentais da inovação social. Mais especificamente, busca-se propor categorias analíticas para a investigação de fenômenos socialmente inovadores. Dito isso,

destaca-se o problema desta pesquisa: Quais as características primordiais que compõem o espectro da inovação social?

Por fim, para que a referida problemática seja devidamente respondida, apresenta-se o objetivo do presente estudo: Identificar, a partir da análise teórico-conceitual, quais as características primordiais que compõem o espectro da inovação social.

2 O ESPECTRO DA INOVAÇÃO SOCIAL

Partindo da premissa básica de TAYLOR (1970), que se refere às inovações sociais como novos meios de fazer as coisas, são múltiplas as definições e observações elaboradas sobre esse assunto (TRACEY e STOTT, 2017).

Entretanto, mesmo com o crescente debate, estudos destacam que a concepção teórica acerca desse tipo de inovação ainda não é unânime entre os pesquisadores (UNCETA, CASTRO-SPILA e GARCIA FRONTI, 2017; HERNÁNDEZ-ASCANIO e RICH-RUIZ, 2020; SVENSSON *et al.*, 2020). Essa incompletude conceitual acerca do fenômeno da inovação social implica, portanto, em um tema caracterizado por um espectro em constante evolução teórica (GARCÍA-FLORES e MARTOS, 2019).

2.1 Discussão Conceitual

Para que seja possível compreender no que consiste o espectro da inovação social, considera-se indispensável levantar algumas características previamente exploradas sobre o tema, de modo a identificar algumas características que lhe são inerentes.

Porém, antes de tudo, vale ressaltar que a ideia em torno da inovação social possui importantes diferenças em relação à inovação no seu sentido mais amplo (tradicional), de modo que é possível iniciar essa discussão abordando a distinção entre essas duas noções.

Por um lado, as inovações tradicionais ou tecnológicas estão intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos que visam, sobretudo, destacar as organizações no cenário competitivo. Contudo, esses

tipos de inovação não necessariamente possuem a capacidade ou a intenção de direcionar o foco para os problemas sociais (JUSTEN *et al.*, 2020). Por sua vez, as inovações sociais ascendem como meios para enfrentar certos desafios da sociedade, sem pressupor benefícios econômicos a quem as promovem (PEL *et al.*, 2020).

Contudo, tais distinções nem sempre foram evidentes. Em uma reconstituição histórica acerca do conceito de inovação social, Dandurand (2005) identificou três fases na sua evolução, quais sejam: limitação, generalização e especiação.

Na primeira fase, a noção acerca da inovação se constitui dentro da lógica de mercado, aproximando-se sobremaneira da ideia de inovação tecnológica (DANDURAND, 2005). A visão schumpeteriana – frequentemente associada à inovação no seu sentido amplo – é exemplo disso, uma vez que possui um tom mercadológico, sendo um ponto de vista que não dissocia o processo inovativo da motivação pelo lucro. Essa perspectiva econômica argumenta que se, por um lado, a inovação é a essência do empreendedorismo, por outro, a inovação social, além de buscar metas financeiras, possui um papel social (SCHUMPETER, 1942; VRONTIS *et al.*, 2021).

Trata-se, portanto, de uma das noções embrionárias acerca da inovação no âmbito da sociedade, contida na teoria da “destruição criativa” do economista Joseph Schumpeter (1883 – 1950). Em linhas gerais, essa concepção disruptiva da década de 1940 visa desafiar os paradigmas existentes, pensando em formas inéditas e criativas para desenvolver a inovação. O autor compreende a inovação na sociedade como um processo constituído a partir da criatividade de empreendedores que buscam novas combinações para ascender economicamente e, ao mesmo tempo, atender a certas demandas sociais (SCHUMPETER, 1942; COLOMBELLI *et al.*, 2020; OZDEMIR e GUPTA, 2021). Em resumo, para Schumpeter, inovação na sociedade seria, em certa medida, a própria “destruição criativa” (PERLIK, 2021).

Apesar de suas teses possuírem um viés claramente mercadológico e, por conseguinte, estarem relativamente distantes dos conceitos contemporâneos de inovação social, a ideia de solucionar problemas de forma criativa oferece, em certo sentido, uma pista

importante sobre o entendimento das práticas socialmente inovadoras. Isto porque, embora seja evidente (uma vez que a discussão aqui proposta aborda um tipo de inovação), as primeiras noções acerca da “inovação social” de Schumpeter já indicam uma característica primordial desse conceito: a inovatividade.

A fase de generalização paulatinamente ganhou terreno no final da década de 1990, quando o termo inovação social foi, de certa forma, popularizado entre as orientações de pesquisa e as discussões a respeito do desenvolvimento social e econômico. Esse período de ampliação do debate acerca da IS revelou que os desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo apontam, em algum sentido, para a necessidade de sobrelevar o papel social do processo inovativo em relação à sua função meramente mercadológica (DANDURAND, 2005). Nessa perspectiva, emerge uma das distinções primordiais entre inovação tradicional e inovação social, de modo que a última é, antes de tudo, um fenômeno social, que extrapola a razão econômica e/ou tecnológica da primeira. A necessidade de responder aos desafios sociais é, portanto, a motivação primeira da inovação social. Em outras palavras, a IS visa, sobretudo, responder a questões contidas no âmbito social (FRIDHI, 2021). As ideias em torno da inovação social passaram, a partir de então, a abrigar características singulares, afastando-a definitivamente da perspectiva schumpeteriana (AVELINO *et al.*, 2019).

Na última fase, denominada especificação, Dandurand (2005) assevera que o próprio conceito de inovação social sofreu, em diversos campos de pesquisa ou intervenção, uma série de fragmentações. Entretanto, na visão da autora, não fica claro se tais subdivisões enfraquecem ou enriquecem o conceito de inovação social.

Esse breve panorama cronológico, por si só, não dá conta de consolidar um consenso acerca do termo inovação social, tampouco define seus contornos e abrangência. Contudo, revela algumas características substanciais do fenômeno. Nesse sentido, como indicado, a IS não pressupõe uma perspectiva mercadológica, mas visa, sobretudo, atender a uma demanda social de maneira inovadora. Destarte, as inovações sociais podem ser compreendidas como novas combinações de práticas sociais que objetivam

satisfazer necessidades sociais (AYOB, TEASDALE e FAGAN, 2016).

A primazia pela motivação social em detrimento da mercadológica passa, então, a ser indispensável nos conceitos mais atuais de inovação social. Exemplo disso é o texto de Moulaert *et al.* (2005). Em sua análise, os autores indicam que a inovação social deve ser composta por três principais elementos: satisfazer as necessidades sociais cujas quais não estão sendo plenamente contempladas; mudar as relações sociais vigentes, de modo a aumentar os níveis de participação, especialmente dos grupos mais excluídos; e incrementar as capacidades sociopolíticas dos beneficiários, empoderando-os e oportunizando o acesso a novos recursos.

O texto de Phills, Deiglmeier e Miller (2008) traz uma noção acerca da inovação social que não só assinala sua motivação social, mas também destaca sua natureza inovativa. Na visão dos autores, inovação social pode ser entendida como:

Qualquer solução nova e útil para uma necessidade ou problema social, que seja melhor do que as abordagens existentes (ou seja, mais eficaz, eficiente, sustentável ou justa) e para a qual o valor criado (benefícios) se acumula principalmente para a sociedade como um todo, e não para os indivíduos. (p. 11)

Há também os textos de Mulgan *et al.* (2007) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010). Para Mulgan *et al.* (2007, p. 8), inovações sociais são “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos objetivos principais são sociais”. Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010, p. 3), por sua vez, definem inovação social como “novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente atendem às necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que são boas para a sociedade e aumentam sua capacidade de ação”.

Além de atribuir certo peso ao aspecto social dessa forma de inovação, é possível observar que esses conceitos sinalizam para uma dimensão coletiva da inovação social. Os três elementos indicados como essenciais para a inovação social por Moulaert *et al.* (2005), por exemplo, apontam para a ideia de idealização coletiva em prol do bem comum. Na mesma

direção, Phills, Deiglmeier e Miller (2008) destacam os benefícios que esse fenômeno traz para a sociedade. Por fim, os textos de Mulgan *et al.*, (2007) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) atribuem o desenvolvimento de atividades socialmente inovadoras às organizações sociais e às colaborações sociais, respectivamente.

Elementos como idealização coletiva, organizações sociais e colaborações sociais, indicam a mobilização de atores sociais, ou seja, uma construção coletiva com vistas a buscar soluções para determinado problema social. Nesse sentido, a inovação social é frequentemente observada como um fenômeno que exige um esforço colaborativo (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; KRLEV e LUND, 2020), ou seja, membros da comunidade desempenham papel significativo no desenvolvimento de ações socialmente inovadoras (GOI e TAN, 2021).

Há, ainda, pesquisadores que sustentam que a viabilidade e sustentabilidade da inovação social residem na própria construção coletiva (BOUGHZALA, 2020; FRIDHI, 2021). Nessa direção, o estudo de caso elaborado por Lombardi e Costantino (2020) aponta para a importância da construção do senso de comunidade e do desenvolvimento do capital social. Isso situa a IS como um tipo distinto de inovação, que se constitui a partir dos esforços de indivíduos e organizações com o objetivo de criar oportunidades com impacto ampliado em um determinado sistema social e/ou nas experiências de grupos sociais vulneráveis (SHIER, HANDY e JENNINGS, 2019). Isto é, a inovação social é inerentemente relacional (HANSEN *et al.*, 2021), uma vez que busca enfrentar as adversidades sociais e promover o desenvolvimento local a partir da articulação de diversos atores (JUSTEN *et al.*, 2020).

Destaca-se também o conceito apresentado por Bignetti (2011, p. 4). Para o autor, a inovação social é “definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”. Nessa proposição, observa-se a explicitação do envolvimento dos atores sociais, reforçando o já mencionado caráter de construção coletiva da inovação social.

Vale, ainda, ressaltar que a proposição de Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) considera a inovação social como meio para aumentar a capacidade de ação da sociedade frente aos seus problemas. Bignetti (2011), por sua vez, aborda a inovação social como geradora de soluções duradouras. Assim sendo, não parece exagero considerar que essas proposições apontam para uma dimensão transformadora da IS. Essa conjectura corrobora, por exemplo, com os estudos de Howaldt, Domanski e Kaletka (2016) e Courtney (2018), em que os autores assinalam o potencial de mudança social como aspecto essencial da inovação social.

Dessa maneira, a inovação social pode ser definida como produtos ou serviços inovadores que visam atender a uma necessidade social, viabilizando novas colaborações sociais (AHMED *et al.*, 2018). Na visão de Elias e Barbero (2021), a ideia em torno da inovação social está ligada em gerar soluções que criam valor social. Em outras palavras, o conceito IS está explicitamente ligado a processos inovativos em que as relações são transformadas, permitindo novas e duradouras formas de acesso a recursos e poder (TEASDALE *et al.*, 2020; HANSEN *et al.*, 2021).

Seguindo essa linha de raciocínio, julga-se relevante elucidar o conceito de inovação social proposto por Moulaert, MacCallum e Hillier (2013). Isso porque esses pesquisadores atribuem à IS uma natureza ética e de justiça social. Dirão os autores:

Inovação social significa promover a inclusão e o bem-estar através da melhoria das relações sociais e processos de empoderamento: imaginando e perseguindo um mundo, uma nação, uma região, uma localidade, uma comunidade que concederia direitos universais e seria mais socialmente inclusiva. (p. 16)

Essa visão indica que a inovação social está relacionada a buscar soluções progressivas aceitáveis para promover, dentre outros, a inclusão e a concessão de direitos. Nessa direção, ao investigar qualitativamente a relação entre as empresas da economia social e o empreendedorismo de base tecnológica a partir da visão dos principais atores envolvidos, Martínez, Guilló e Santero (2019) apontam que a capacidade de proporcionar o crescimento inclusivo é uma característica inerente à inovação social. Do mesmo modo, Dalla Torre *et al.* (2020) asseveram, a partir de seu estudo de caso em áreas rurais da Itália e Holanda,

que a IS é considerada relevante para promover um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Cabe destaque, a promoção da equidade também parece ser uma capacidade da inovação social. Nesse sentido, Nicholls, Simon e Gabriel (2015) asseveram que a IS acarreta em um processo de recontextualização dentro de normas socialmente reconstruídas de bem público, justiça e equidade. No mesmo sentido, ao analisar 19 estudos de caso de organizações da sociedade civil que operam no âmbito da habitabilidade em grandes cidades italianas, Garrone, Groppi e Nardi (2018) identificaram que, além da acessibilidade, a equidade se constitui como um dos principais efeitos das inovações sociais pesquisadas.

A partir dos conceitos e observações até então apresentados, não parece equivocado assumir que a inovação social, além da premissa básica da inovatividade (SCHUMPETER, 1942; TAYLOR, 1970), possui, pelo menos, três outras características fundamentais: a motivação social (MOULAERT *et al.*, 2005; PHILLS, DEIGLMEIER e MILLER, 2008); a construção coletiva (MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010); e o potencial transformador para a sociedade (BIGNETTI, 2011; HOWALDT, DOMANSKI e KALETKA, 2016). Propõe-se, no presente estudo, denominar essas categorias analíticas como os “quatro aspectos primordiais da inovação social”.

Contudo, a extração das referidas categorias de análise se baseou em uma fração de trabalhos científicos, dentre inúmeros outros que discorrem sobre o tema da inovação social. Vale mencionar que apresentá-los todos constituiria uma tarefa hercúlea (e talvez inapropriada). Entretanto, há estudos anteriores que permitem, em certa medida, vislumbrar um quadro geral desse cenário, de modo a colaborar com a identificação das principais características que permitem analisar a inovação social.

2.2 Proposições de Estudos Anteriores

Inicialmente, destaca-se a revisão sistemática de literatura elaborada por Edwards-Schachter e Wallace (2017), que examinou a evolução da conceituação de inovação social, visando elucidar a multiplicação dos usos do termo ao longo dos últimos 60 anos. Os

autores extraíram 252 definições de IS a partir de uma amostra de 2.339 documentos, contendo artigos científicos, livros, capítulos de livros, dentre outros. Os resultados mostram que a inovação social foi introduzida como um conceito analítico por comunidades acadêmicas e se espalhou nas últimas décadas como um conceito normativo alimentado por políticas de desenvolvimento e inovação. Nesse cenário, o conceito de inovação social está associado a um conjunto de elementos centrais comuns que sustentam três áreas distintas e inter-relacionadas: processos de mudança social, desenvolvimento sustentável e setor de serviços. Por fim, o estudo aponta que a IS varia de acordo com os setores e com a interação com o desenvolvimento tecnológico.

Ressalta-se que os três elementos da inovação social identificados no trabalho de Edwards-Schachter e Wallace (2017) possuem certa relação com as categorias analíticas contidas nos “quatro aspectos primordiais da inovação social”. Mais especificamente, os processos de mudança social e o desenvolvimento sustentável aparentemente se conectam com o potencial transformador para a sociedade. A área referente ao setor de serviços, por sua vez, pode ser alusiva à motivação social da IS.

Embora viabilize uma certa noção da natureza da inovação social, o trabalho apresentado não dá conta de esclarecer satisfatoriamente os processos complexos e dinâmicos pelos quais esse fenômeno se constitui. Buscando compreender o tema em maior profundidade, pesquisas anteriores propuseram frameworks para o estudo da inovação social, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de novas investigações. Exemplos dessas proposições são os modelos de Tardif e Harrisson (2005) e Nicholls, Simon e Gabriel (2015). Considera-se, na presente análise, que a exposição de tais propostas seja fundamental para a compreensão de algumas das características fundamentais da IS.

O relatório de pesquisa de Tardif e Harrisson (2005) identificou, a partir da síntese (identificação de pontos em comum) de 49 trabalhos sobre inovação e transformações sociais elaboradas por membros do grupo de estudos canadense CRISES (Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales), cinco categorias que podem ser detectadas na inovação social. São elas: transformações, caráter inovador, inovação,

atores e processos. Destaca-se que, no decorrer da descrição das referidas dimensões, suas respectivas relações com os “quatro aspectos primordiais da inovação social” poderão ser observadas.

A primeira categoria proposta é denominada pelos autores de “transformações”, e diz respeito ao contexto em que a inovação social é desenvolvida, a exemplo de crises que levam os atores sociais a buscarem soluções; às mudanças na estrutura econômica que alterem a produção, o consumo ou as relações de trabalho; e às transformações sociais, no sentido de promover práticas que busquem solucionar problemas como exclusão e marginalização (TARDIF e HARRISSON, 2005; KUMASAKA *et al.*, 2020; ELIAS e BARBERO, 2021). Sublinha-se que essa dimensão possui conexão com a motivação social da IS (MOULAERT *et al.*, 2005; PHILLS, DEIGLMEIER e MILLER, 2008), especialmente no âmbito das transformações sociais.

O caráter inovador de uma inovação social se refere, sobretudo, às respostas inovadoras frente aos problemas sociais. Desenvolvidas primordialmente pelos atores sociais, tais soluções podem exigir, por exemplo, novos arranjos institucionais. Além disso, experiências socialmente inovadoras exitosas tendem a seguir um processo de institucionalização (TARDIF e HARRISSON, 2005; KUMASAKA *et al.*, 2020; ELIAS e BARBERO, 2021). Essa dimensão, por sua vez, relaciona-se com o caráter inovativo da inovação social (SCHUMPETER, 1942; TAYLOR, 1970).

A terceira dimensão das inovações sociais aborda a inovação propriamente dita. Isto é, trata-se do objetivo da inovação, bem como sua abrangência. São citados cinco tipos de inovações sociais, a saber: técnicas, sociotécnicas, sociais, organizacionais e institucionais. No caso das IS com objetivos sociais, por exemplo, a finalidade se constitui no bem coletivo e na cooperação entre os atores. Com relação à abrangência, ressalta-se a natureza local da inovação social (TARDIF e HARRISSON, 2005; KUMASAKA *et al.*, 2020; ELIAS e BARBERO, 2021). Tal qual a primeira dimensão, essa pode ser associada à motivação social da IS (MOULAERT *et al.*, 2005; PHILLS, DEIGLMEIER e MILLER, 2008), em especial no contexto das IS com objetivos puramente sociais.

Os atores envolvidos no processo de inovação social e suas múltiplas formas de interação con-

stituem a quarta dimensão desse framework. Assinala-se que tais atores podem possuir diferentes tipologias, tais como: sociais (movimentos comunitários), organizacionais (organizações da sociedade civil), institucionais (poder público) e intermediários (redes sociais). Além disso, destaca-se que a inovação social é um processo de aprendizado coletivo, em que uma governança adequada deve resultar na participação de todos os envolvidos (TARDIF e HARRISSON, 2005; KUMASAKA *et al.*, 2020; ELIAS e BARBERO, 2021). Dentre os “quatro aspectos primordiais da inovação social”, destaca-se a construção coletiva (MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010) como correlata à quarta dimensão proposta por Tardif e Harrisson.

O último aspecto relacionado às inovações sociais se refere aos processos de desenvolvimento, implantação e difusão. Assim, essa dimensão considera as barreiras que podem inibir o potencial da inovação social, incluindo a resistência dos atores à mudança, tensões em determinadas localidades, dentre outros (TARDIF e HARRISSON, 2005; KUMASAKA *et al.*, 2020; ELIAS e BARBERO, 2021). Essa dimensão, por fim, pode ser relacionada ao potencial transformador da inovação social, visto que ele depende das barreiras e aspectos facilitadores para o desenvolvimento da IS.

Observa-se, a partir do exposto, que as cinco dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005) estão relacionadas, em alguma medida, aos “quatro aspectos primordiais da inovação social” sugeridos no presente estudo.

No que se refere ao raio de ação das inovações sociais, uma importante contribuição é a estrutura analítica de Nicholls, Simon e Gabriel (2015). Os autores propõem que o processo da IS se dá em três níveis, quais sejam: inovação incremental, inovação institucional e inovação disruptiva (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; LEE *et al.*, 2021).

No primeiro nível, encontra-se a inovação incremental, referindo-se a bens e serviços desenvolvidos por indivíduos ou organizações (com ou sem fins lucrativos) que visam atender demandas sociais. Nesse estágio, a inovação social frequentemente é iniciada com um porte modesto e pode compreender experimentos formais ou informais (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015; LEE *et al.*, 2021).

No nível institucional, busca-se repensar as estruturas sociais e econômicas vigentes para renovar e melhorar os resultados e valores sociais. Isso implica na mudança da estrutura social ou mercadológica. Frequentemente, nessa fase, a inovação social é impulsionada por objetivos menos econômicos e mais sociais, embora não pressuponha uma dissociação entre eles (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015; LEE *et al.*, 2021).

A inovação disruptiva, por sua vez, visa sobretudo a transformação nas relações de poder. É nesse nível que operam os movimentos sociais, atores, redes e políticas públicas que buscam alterar a estrutura hierárquica e de poder da sociedade, beneficiando indivíduos e grupos excluídos ou marginalizados. A inovação social disruptiva pode, portanto, caracterizar-se pela participação massificada estruturada, seja em partidos políticos e movimentos sociais, seja por atores sociais unidos por interesses comuns (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015; LEE *et al.*, 2021).

É possível observar similitudes entre os três níveis de inovação social indicados por Nicholls, Simon e Gabriel (2015) e os “quatro aspectos primordiais da inovação social” aqui propostos. No nível incremental, por exemplo, embora a IS possua um porte comedido, é motivada por objetivos sociais (MOULAERT *et al.*, 2005; PHILLS, DEIGLMEIER e MILLER, 2008). Esse impulso social também é observado no nível institucional. Além disso, no segundo nível, a ideia de repensar o ordenamento social remete a algum grau de criatividade e inovação (SCHUMPETER, 1942; TAYLOR, 1970). Finalmente, no nível disruptivo, observa-se conexões entre a operação de movimentos sociais, atores, redes e políticas públicas e a ideia de construção coletiva (MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010) da inovação social. Ademais, nesse nível, o potencial transformador para a sociedade (BIGNETTI, 2011; HOWALDT, DOMANSKI e KALETKA, 2016) parece estar contido na noção alteração da estrutura social.

Por fim, além dos três níveis apresentados, Nicholls, Simon e Gabriel (2015) destacam que também é possível definir a inovação social em termos de ação ou impacto. Para os autores, essa análise pode ser realizada nos níveis micro (indivíduos), mezo

(organizações ou redes/movimentos) ou macro (sistemas) (NICHOLLS e MURDOCK, 2012; NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015; LEE *et al.*, 2021).

2.3 Um Olhar Crítico

Embora a inovação social tenha adquirido certo destaque científico como uma ferramenta de transformação social relevante, cabe assinalar certas ponderações em relação ao tema.

Nicholls, Simon e Gabriel (2015, p. 5), por exemplo, reconhecem que a inovação social não deve ser compreendida como um fenômeno socialmente positivo em si mesmo, ou seja, pode possuir o que os autores denominam de “lado obscuro”. A inovação social pode abrigar (não necessariamente de maneira explícita) objetivos destrutivos e/ou divisores, a exemplo de partidos políticos ou movimentos com concepções extremistas. Pode também alcançar efeitos sociais negativos, como a exclusão de grupos que deveriam, em tese, ser beneficiados pela IS. Além disso, em certos casos, as inovações sociais podem sofrer algum tipo de falha operacional ou desvio de missão (intencional ou não intencional) por um agente externo.

Na mesma direção, Mens *et al.* (2021) alertam para o contexto neoliberal onde as inovações sociais ocorrem. Para os autores, como a inovação social se constitui em um cenário majoritariamente econômico, é possível que ela seja condicionada, ativa ou passivamente, por estados e mercados. Nesse sentido, Leonidas Donskis alerta que “o Estado serve tacitamente ao capital global e realiza as funções de uma empresa de segurança, ao mesmo tempo que finge estar interessado na moralidade pública, no corpo, na memória e na privacidade dos homens” (BAUMAN e DONSKIS, 2014, p. 202).

Vale, ainda, citar a pesquisa de Gregoire (2016). O autor concorda que, em muitos casos, a inovação social emerge como alternativa à lógica exorbitantemente consumista e individualista. Entretanto, uma vez que soluções para certos excessos do sistema dominante são encontradas, a possibilidade paradoxal de que isso sirva para a perpetuação do próprio sistema não deve ser desconsiderada.

Esses alertas apontam, em certo sentido, para algumas das possíveis barreiras para o desenvolvimento

de inovações sociais. Mais especificamente, Suchá *et al.* (2021), em um estudo que analisou a inovação social no âmbito das bibliotecas, dividiram os fatores limitantes em quatro níveis, a saber: estrutural (legislação, condições financeiras e cultura profissional); local/comunitário (relacionamento e interação com diferentes atores ou instituições); organizacional (regras institucionais, equipe, forma de gerenciamento e regras formais e informais); e pessoal (motivação, conhecimento, habilidades e visões).

Apesar das ponderações e possíveis barreiras, há estudos que assinalam uma natureza de resistência e adaptabilidade das inovações sociais em relação aos contextos em que são desenvolvidas. Exemplo disso é a pesquisa de Baglioni, De Pieri e Tallarico (2017), que explora o papel do setor público e das organizações da sociedade civil no combate à pobreza e ao desperdício de alimentos na Itália e Alemanha. A análise fornece evidências de que, mesmo com meios limitados e em cenários desfavoráveis nos âmbitos político e/ou jurídico, o desenvolvimento da inovação social é, em muitos casos, possível.

Isso indica que a inovação social tem a capacidade de interagir em diversos níveis e com diferentes atores, possibilitando moldar soluções em contextos específicos (MONTGOMERY e MAZZEI, 2021), de modo que o êxito em promover benefícios de longo prazo depende dos níveis de cooperação, inclusão e confiança envolvidos (SOMA *et al.*, 2018).

O presente tópico apresentou conceitos e proposições trazidas por estudos anteriores, com o intuito de elucidar os principais aspectos que constituem o espectro da inovação social. Assim, foram propostas categorias analíticas que podem nortear as pesquisas sobre o tema. Além disso, outras características das inovações sociais foram abordadas, bem como foram destacadas certas ponderações sobre esse fenômeno. Com a finalidade de sintetizar a discussão deste estudo, trazer à tona suas principais contribuições teóricas, responder à pergunta de pesquisa, apontar limitações e propor estudos futuros, destaca-se o tópico a seguir para as considerações finais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar, a partir de uma análise teórico-conceitual, quais as características primordiais que compõem o espectro da inovação social. Mais especificamente, empreendeu-se um esforço, sem a pretensão de esgotar o assunto, a fim de propor categorias analíticas para a investigação de fenômenos socialmente inovadores.

Para atender a essa finalidade, foram apresentados alguns estudos anteriores, que permitiram observar que a inovação social possui dimensões diversas, implicando, dentre outros, em desenvolvimento sustentável, inclusão, equidade e concessão de direitos (MOULAERT, MACCALLUM e HILLIER, 2013; NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015; GARRONE, GROPPi e NARDI, 2018; MARTÍNEZ, GUILLÓ e SANTERO, 2019; DALLA TORRE *et al.*, 2020).

Discutiu-se a evolução conceitual da inovação social, de modo que foi possível observar, inicialmente, um distanciamento gradual da noção de inovação social em relação à inovação tradicional ou tecnológica. Além disso, os conceitos analisados apontam para certos pontos de convergência, o que permitiu propor categorias analíticas denominadas na presente pesquisa como “quatro aspectos primordiais da inovação social”.

Assim, de acordo com essas categorias, sugere-se que a IS se constitui como um fenômeno que possui as seguintes características: inovatividade (SCHUMPETER, 1942; TAYLOR, 1970); motivação social (MOULAERT *et al.*, 2005; PHILLS, DEIGLMEIER e MILLER, 2008); construção coletiva (MULGAN *et al.*, 2007; MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010); e potencial transformador para a sociedade (BIGNETTI, 2011; HOWALDT, DOMANSKI e KALETKA, 2016).

A fim de dar consistência às categorias analíticas propostas, na sequência, foram apresentadas e analisadas algumas proposições de estudos anteriores. Mais especificamente, sugere-se que os três elementos da IS identificados por Edwards-Schachter e Wallace (2017) e as cinco dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005) revelam, em certo sentido, similitudes com os “quatro aspectos primordiais da inovação social”.

Em relação ao raio de ação da inovação social, destacou-se a estrutura analítica de Nicholls *et al.* (2015), na qual os autores propõem que o processo da IS pode ocorrer em três níveis, a saber: inovação incremental, inovação institucional e inovação disruptiva. Observou-se que também há correspondências entre os níveis propostos pelos autores e as categorias analíticas aqui propostas.

Um olhar crítico também foi lançado sobre o fenômeno investigado, buscando indicar algumas das possíveis “armadilhas” que circundam as discussões sobre as inovações sociais. Viu-se, portanto, que a IS não deve ser observada como algo socialmente bom em si mesmo (NICHOLLS, SIMON e GABRIEL, 2015), uma vez que o contexto neoliberal sobre o qual ocorre pode condicioná-la para atender interesses meramente econômicos (MENS *et al.*, 2021). Ademais, a ideia de que a inovação social possa ser, paradoxalmente, um meio para a perpetuação do sistema econômico dominante não deve ser desconsiderada (GREGOIRE, 2016).

Dado o exposto, considera-se que as características primordiais que compõem o espectro da inovação social foram evidenciadas, respondendo à pergunta de pesquisa e, por conseguinte, atingindo o objetivo proposto neste trabalho.

Esta análise teórico-conceitual pode contribuir, em alguma medida, com as investigações acerca das inovações sociais, uma vez que discute conceitos e estudos anteriores e, a partir disso, sugere alguns pontos chave para que a compreensão desse fenômeno ocorra de maneira mais aprofundada. Nesse sentido, destaca-se a proposição das categorias analíticas denominadas de “quatro aspectos primordiais da inovação social” como principal contribuição teórica da presente pesquisa. Isto porque, tal sugestão indica um possível caminho teórico para os trabalhos que visam abordar o tema da inovação social.

Como mencionado, não há pretensão de esgotar o tema da inovação social, mas sim de contribuir, em certo sentido, com os estudos que pretendem abordar o assunto por intermédio do apontamento de possíveis categorias de análise. Isto porque esta pesquisa possui limitações. Primeiro, trata-se de uma discussão teórica, sem o acompanhamento de dados empíricos que reforcem os argumentos aqui sublinhados. Além disso, a própria seleção das pesquisas

aqui debatidas é limitada e não dá conta, por si só, de assegurar que as considerações deste trabalho estejam livres de equívocos.

Dito isto, sugere-se que estudos futuros compreendam revisões atualizadas da literatura, a fim de comparar seus resultados com as categorias analíticas aqui propostas. Além disso, propõe-se investigações empíricas que se utilizem de tais categorias em sua análise de práticas socialmente inovadoras.

Por fim, ensina-se o avanço na discussão científica acerca da inovação social, de maneira que esse fenômeno seja melhor compreendido. Isto porque, embora corra o risco de ser distorcido pelo sistema neoliberal, frequentemente a inovação social implica na mudança de percepções, valores e normas que conduzem a sociedade (AOO, ABE e KANO, 2019), podendo ser um caminho de resistência e contraposição às desigualdades e à apatia social em relação ao sofrimento alheio.

■ REFERÊNCIAS

- AHMED, J. U.; TINNE, W. S.; AL-AMIN, M.; RAHANAZ, M. Social innovation and SONO filter for drinking water. **Society and Business Review**, v. 13, n. 1, p. 15-26, 2018. <http://doi.org/10.1108/SBR-08-2017-0060>
- AOO, K.; ABE, N.; KANO, M. R. To be supported, or not to be: images of older people in policy and the reality in local communities in Japan. **Frontiers in Sociology**, v. 4, n. 16, 2019. <http://doi.org/10.3389/fsoc.2019.00016>
- AVELINO, F.; DUMITRU, A.; CIPOLLA, C.; KUNZE, I.; WITTMAYER, J. Translocal empowerment in transformative social innovation networks. **European Planning Studies**, v. 28, n. 5, p. 955-977, 2019. <http://doi.org/10.1080/09654313.2019.1578339>
- AYOB, N.; TEASDALE, S.; FAGAN, K. How social innovation ‘came to be’: tracing the evolution of a contested concept. **Journal of Social Policy**, v. 45, n. 4, p. 635-653, 2016. <http://doi.org/10.1017/S004727941600009X>

- BAGLIONI, S.; DE PIERI, B.; TALLARICO, T. Surplus food recovery and food aid: the pivotal role of non-profit organisations. Insights from Italy and Germany. **Voluntas**, v. 28, n. 5, p. 2032-2052, 2017. <http://doi.org/10.1007/s11266-016-9746-8>
- BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. Moral blindness: The loss of sensitivity in liquid modernity. **Polity Press**, 2014.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. <http://doi.org/10.4013/1040>
- BOUGHZALA, Y. Towards a collective approach of social innovation: the case of the social entrepreneurship in Tunisia. **Innovations**, v. 62, p. 161-189, 2020. <http://doi.org/10.3917/inno.062.0161>
- BOZIC, A. Global trends in a fragile context: public-nonpublic collaboration, service delivery and social innovation. **Social Enterprise Journal**, v. 17, n. 2, p. 260-279, 2020. <http://doi.org/10.1108/SEJ-12-2019-0100>
- COLOMBELLI, A.; GRILLI, L.; MINOLA, T.; MRKAJIC, B. To what extent do young innovative companies take advantage of policy support to enact innovation appropriation mechanisms?. **Research Policy**, v. 49, n. 10, p. 103797, 2020. <http://doi.org/10.1016/j.respol.2019.05.006>
- COURTNEY, P. Conceptualising social value for the third sector and developing methods for its assessment. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 29, n. 3, p. 541-557, 2018. <http://doi.org/10.1007/s11266-017-9908-3>
- DANDURAND, L. Reflexion autour du concept d'innovation sociale, approche historique et comparative. **Revue Française d'administration publique**, v. 115, n. 3, p. 377-382, 2005. <http://doi.org/10.3917/rfap.115.0377>
- DALLA TORRE, C.; RAVAZZOLI, E.; DIJKSHOORN-DEKKER, M.; POLMAN, N.; MELNYKOVYCH, M.; PISANI, E.; GORI, F.; DA RE, R.; VICENTINI, K.; SECCO, L. The role of agency in the emergence and development of social innovations in rural areas. Analysis of two cases of social farming in Italy and the Netherlands. **Sustainability**, v. 12, n. 11, p. 4440, 2020. <http://doi.org/10.3390/su12114440>
- EDWARDS-SCHACHTER, M.; WALLACE, M. L. 'Shaken, but not stirred': sixty years of defining social innovation. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 119, p. 64-79, 2017. <http://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.012>
- ELIAS, S.; BARBERO, A. C. Social innovation in a tourist coastal city: a case study in Argentina. **Social Enterprise Journal**, v. 17, n. 1, p. 44-62, 2021. <http://doi.org/10.1108/SEJ-02-2020-0011>
- FARINHA, L.; SEBASTIÃO, J.R.; SAMPAIO, C.; LOPES, J. Social innovation and social entrepreneurship: discovering origins, exploring current and future trends. **Int Rev Public Nonprofit Mark**, v. 17, p. 77-96, 2020. <http://doi.org/10.1007/s12208-020-00243-6>
- FRIDHI, B. Social entrepreneurship and social enterprise phenomenon: toward a collective approach to social innovation in Tunisia. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2021. <http://doi.org/10.1186/s13731-021-00148-6>
- GARCÍA-FLORES, V.; MARTOS, L. P. Social innovation: key factors for its development in the territories. CIRIEC-Espana. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 97, p. 245-278, 2020. <http://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.97.14148>
- GARRONE, P.; GROPPA, A.; NARDI, P. Social innovation for urban liveability. Empirical evidence from the Italian third sector. **Industry and Innovation**, v. 25, n. 6, p. 612-631, 2018. <http://doi.org/10.1080/13662716.2017.1388217>

- GOI, H. C.; TAN, W. L. Design thinking as a means of citizen science for social innovation. **Frontiers in sociology**, v. 6, p. 629808, 2021. <http://doi.org/10.3389/fsoc.2021.629808>
- GREGOIRE, M. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 45-71, 2016. <http://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p45-71>
- HANSEN, A. V.; FUGLSANG, L.; GALLOUJ, F.; SCUPOLA, A. Social entrepreneurs as change makers: expanding public service networks for social innovation. **Public Management Review**, p. 1-20, 2021. <http://doi.org/10.1080/14719037.2021.1916065>
- HERNÁNDEZ-ASCANIO, J.; RICH-RUIZ, M. Caracterización de organizaciones del tercer sector desde el enfoque de la innovación social. Discusión a partir de un estudio de caso. **Innovar**, v. 30, n. 75, p. 71-86, 2020. <http://doi.org/10.15446/innovar.v30n75.83258>
- HERNÁNDEZ-ASCANIO, J.; VALLE, J. A.; LÓPEZ, R. R.; VIRUEL, M. J. M. Medir la capacidad de innovación social en organizaciones complejas del tercer sector. **Empiria: Revista de metodología de ciencias sociales**, n. 51, p. 153-182, 2021. <http://doi.org/10.5944/empiria.51.2021.30811>
- HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016. <http://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44>
- JUSTEN, G. S.; MORAIS-DA-SILVA, R. L.; TAKAHASHI, A. R. W.; SEGATTO, A. P. Inovação social e desenvolvimento local: uma análise de metasíntese. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 14, n. 1, p. 56-73, 2020. <http://doi.org/10.24857/rgsa.v14i1.1902>
- KRLEV, G.; LUND, A. B. Social innovation ignored: framing nonprofit activities in European news media. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 31, n. 5, p. 949-965, 2020. <http://doi.org/10.1007/s11266-020-00224-7>
- KUMASAKA, J. M. V. C.; CRUZ, B. B.; DOS SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. A. Analysis of the dimensions of social innovation in projects seeking for social transformation of children and young people. **RISUS: Journal on Innovation and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 138-155, 2020. <http://doi.org/10.23925/2179-3565.2020v11i3p138-155>
- LEE, E. K. M.; LEE, H.; KEE, C. H.; KWAN, C. H.; NG, C. H. Social impact measurement in incremental social innovation. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 12, n. 1, p. 69-86, 2021. <http://doi.org/10.1080/19420676.2019.1668830>
- LINDBERG, M. e HYLANDER, J. Boundary dimensions of social innovation: negotiating conflicts and compatibilities when developing a national agenda. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 30, p. 1-14, 2016. <http://doi.org/10.1080/13511610.2016.1204534>
- LOMBARDI, M.; COSTANTINO, M. A social innovation model for reducing food waste: the case study of an Italian non-profit organization. **Administrative Sciences**, v. 10, n. 3, p. 45, 2020. <http://doi.org/10.3390/admsci10030045>
- MARTÍNEZ, M.I.; GUILLÓ, N. e SANTERO, R. La economía social en el emprendimiento de base tecnológica en España. Un análisis cualitativo. CIRIEC-Espana. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 96, p. 65-90, 2019. <http://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.96.12969>
- MENS, J.; VAN BUEREN, E.; VRIJHOEF, R.; HEURKENS, E. A typology of social entrepreneurs in bottom-up urban development. **Cities**, v. 110, p. 103066, 2021. <http://doi.org/10.1016/j.cities.2020.103066>

- MILDENBERGER, G.; SCHIMPF, G.; STREICHER, J. Social Innovation Assessment? Reflections on the impacts of social innovation on society - Outcomes of a systematic literature review. **European Public & Social Innovation Review**, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2020. <http://doi.org/10.31637/epsir.20-2.1>
- MOLLOY, C.; BANKINS, S.; KRIZ, A.; BARNES, L. Making sense of an interconnected world: how innovation champions drive social innovation in the not-for-profit context. **Journal of Product Innovation Management**, v. 37, n. 4, p. 274-296, 2020. <http://doi.org/10.1111/jpim.12527>
- MOLNÁR, G. Capability building combined with microcredit: the loan alone is insufficient. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 8, n. 3, p. 354-374, 2017. <http://doi.org/10.1080/19420676.2017.1371632>
- MONTGOMERY, T.; MAZZEI, M. Two paths of social innovation in the post-pandemic world. **Social Enterprise Journal**, v. 17, n. 3, p. 450-458, 2021. <http://doi.org/10.1108/SEJ-03-2021-0018>
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept. In: **The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**, p. 13-24, 2013.
- MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; SWYNGEDOUW, E.; GONZALEZ, S. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005. <https://doi.org/10.1080/00420980500279893>
- MULGAN, G.; TUCKER, S.; ALI, R.; SANDERS, B. **Social Innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated**. The Young Foundation, 2007.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation (Vol. 24)**. London: Nesta, 2010.
- NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. The nature of social innovation. In: **Social innovation** (p. 1-30). Palgrave Macmillan, London, 2012. http://doi.org/10.1057/9780230367098_1
- NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. **New frontiers in social innovation research**. Springer Nature, 2015. <http://doi.org/10.1057/9781137506801>
- OZDEMIR, S.; GUPTA, S. Inter-organizational collaborations for social innovation and social value creation: towards the development of new research agenda and theoretical perspectives. **Industrial Marketing Management**, v. 97, p. 134-144, 2021. <http://doi.org/10.1016/j.indmarman.2021.06.013>
- PEL, B.; WITTMAYER, J.; DORLAND, J.; SØGAARD JØRGENSEN, M. Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 33, n. 3, p. 311-336, 2020. <http://doi.org/10.1080/13511610.2019.1705147>
- PERLIK, M. Impacts of social innovation on spatiality in mountain – lowland relationships – Trajectories of two Swiss regional initiatives in the context of new policy regimes. **Sustainability**, v. 13, n. 7, p. 3823, 2021. <http://doi.org/10.3390/su13073823>
- PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.
- ROVATI, G. The contribution of food banks to social solidarity and positive peace. The Italian case. **Business, Peace and Sustainable Development**, p. 65-75, 2017. <http://doi.org/10.9774%2FT%26F.8757.2017.ju.00007>
- SCHUMPETER, J. A. **Socialism, capitalism and democracy**. Harper and Brothers, 1942.
- SHIER, M. L.; HANDY, F.; JENNINGS, C. Intraorganizational conditions supporting social innovations by human service nonprofits. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 48, n. 1, p. 173-193, 2019. <http://doi.org/10.1177%2F0899764018797477>
- SINGER, P. **Ética prática** (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2018.

- SOMA, K.; VAN DEN BURG, S. W.; HOEFNAGEL, E. W.; STUIVER, M.; VAN DER HEIDE, C. M. Social innovation – A future pathway for Blue growth?. **Marine Policy**, v.87, p. 363-370, 2018. <http://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.10.008>
- SUCHÁ, L. Z.; BARTOŠOVÁ, E.; NOVOTNÝ, R.; SVITÁKOVÁ, J. B.; ŠTEFEK, T.; VÍCHOVÁ, E. Stimulators and barriers towards social innovations in public libraries: qualitative research study. **Library & Information Science Research**, v. 43, n. 1, p. 101068, 2021. <http://doi.org/10.1016/j.lisr.2020.101068>
- SVENSSON, P. G.; ANDERSSON, F. O.; MAHONEY, T. Q.; HA, J. P. Antecedents and outcomes of social innovation: A global study of sport for development and peace organizations. **Sport Management Review**, v. 23, n. 4, p. 657-670, 2020. <http://doi.org/10.1016/j.smr.2019.08.001>
- TARDIF, C.; HARRISON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. **Les Cahiers du CRISES**. Collection Études Théoriques, ET0513. Québec: Centre de Recherche sur les Innovations Sociales, 2005.
- TAYLOR, J. B. Introducing social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, 6(1), 69–77, 1970. <http://doi.org/10.1177/002188637000600104>
- TAYLOR, R.; ARUNDEL, A. Organizational pathways for social innovation and societal impacts in disability nonprofits. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 31, n. 5, p. 995-1012, 2020. <http://doi.org/10.1007/s11266-019-00113-8>
- TEASDALE, S.; ROY, M. J.; ZIEGLER, R.; MAUKSCH, S.; DEY, P.; RAUFFLET, E. B. Everyone a change-maker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. **Journal of Social Entrepreneurship**, p. 1-21, 2020. <http://doi.org/10.1080/19420676.2020.1738532>
- TRACEY, P.; STOTT, N. Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. **Innovation**, v. 19, n. 1, p. 51-60, 2017. <http://doi.org/10.1080/14479338.2016.1268924>
- UNCETA, A.; CASTRO-SPILA, J.; GARCIA FRONTI, J. The three governances in social innovation. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 30, n. 4, p. 406-420, 2017. <http://doi.org/10.1080/13511610.2017.1279537>
- VASSALLO, J. P.; PRABHU, J. C.; BANERJEE, S.; VOOLA, R. The role of hybrid organizations in scaling social innovations in bottom-of-the-pyramid markets: Insights from microfinance in India. **Journal of Product Innovation Management**, v. 36, n. 6, p. 744-763, 2019. <http://doi.org/10.1111/jpim.12504>
- VIJAY, D.; GHOSH, D. The Sabar Shouchagar Project (toilets for everyone): making Nadia District the first open-defecation-free district in India. **Emerald Emerging Markets Case Studies**, v. 8, n. 1, 2018. <http://doi.org/10.1108/EEMCS-03-2017-0061>
- VRONTIS, D.; MOREA, D.; BASILE, G.; BONACCI, I.; MAZZITELLI, A. Consequences of technology and social innovation on traditional business model. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 170, p. 120877, 2021. <http://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120877>